

O grande corte nas compras das estatais

As empresas brasileiras vão sofrer mais: perderão 25% das encomendas do governo. O corte nas compras do Exterior deve ser de 20%.

Além de desemprego, o corte nos investimentos das empresas estatais este ano implicará uma redução de 25% nas suas encomendas internas ao setor de bens de capital e de 20% nas compras programadas para o mercado internacional. Foi o que informou ontem em Brasília o secretário especial de Controle das Empresas Estatais, Nálcio Mortada, pouco antes de participar de uma reunião com o ministro Delfim Neto, no Palácio do Planalto, com a finalidade de reduzir os gastos das estatais na área de pessoal.

Mortada limitou-se a dizer que o corte na folha de pessoal das empresas estatais "será grande", mas não quis adiantar a dimensão nem a forma como o governo pretende estabelecer esse corte. Adiantou, porém, que os reajustes dos custos das estatais para fazer frente ao pagamento de pessoal não poderão exceder, globalmente, ao reajuste que vier a ser atribuído ao INPC.

Ele disse que o orçamento global das empresas estatais para este ano é de Cr\$ 30 trilhões, com um reajuste nominal de 78% em relação ao do ano passado, que foi a taxa de inflação que o governo esperava ter. Como deverá haver um novo cálculo para o índice inflacionário deste ano, essas empresas, mesmo antes do corte, já deveriam ter uma perda real orçamentária em relação a 1982.

No Rio, representantes de 33 instituições financeiras e o superintendente da Sunamam — Superintendência Nacional da Marinha Mercante —, Jonas Correia de Castro, assinaram ontem, protocolo de refinanciamento da dívida desse órgão com os bancos comerciais e de investimento, no valor de Cr\$ 163 bilhões.

Os créditos destinam-se a refinanciar integralmente o principal e os encargos da dívida de antigos compromissos financeiros da Sunamam. Os financiamentos serão efetivados pelos bancos quando do vencimento de cada um dos créditos.

A Sunamam, de acordo com o protocolo, terá prazo de 60 dias para saldar a dívida, com uma carência de 18 meses. Será adotada correção monetária com base nas ORTN e os juros serão cobrados considerando-se a taxa variável, que é a média aritmética constituída pela taxa que estiver sendo praticada no mercado financeiro nacional para operação de capital de giro em seis meses.

O ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, informou que a parte financeira destinada à produção e comercialização naval brasileira não ficará mais sob a responsabilidade da Sunamam, mas do BNDES, dependendo apenas de decreto do presidente da República.

"Reflexos funestos"

A decisão do governo federal de cortar os repasses de recursos às estatais "terá reflexos funestos para os consumidores de produtos e serviços destas empresas", observou, ontem, em Porto Alegre, o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Metal mecânicas do Rio Grande do Sul, Carlos Staiger. "Todas buscarão compensar-se junto aos consumidores, aumentando seus preços".

Staiger considera que nenhum presidente de estatal tomará medidas concretas para reduzir seu déficit, se não for forçado a tanto:

— Ninguém mexerá no custeio. Vão cortar investimentos e aumentar preços. Com o quadro de pessoal protegido pela estabilidade e os fundos de pensão regulados por leis do próprio governo, as estatais continuarão privilegiadas e a recessão persistirá.

As consequências para a iniciativa privada serão graves:

— Vão ampliar o desemprego e todos esses que se acostumaram a multiplicar seu dinheiro através da especulação poderão enriquecer ainda mais com o jogo financeiro e manipulação de estoques.

Nesse sentido, afirmou, "o pacote econômico será apenas mais uma tentativa de ganhar tempo, porque alguma coisa terá de acontecer".